

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.878 - RJ (2020/0048166-6)**

RECORRENTE : MUNICIPIO DE JAPERI

PROCURADORE : JULIANA KRYSSIA LOPES MAIA - RJ124735

S

GABRIEL SOMMA QUARESMA DE OLIVEIRA - RJ150317

RECORRIDO : MARIA JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE JAPERI, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o ora recorrente ajuizou execução fiscal, atribuindo à causa o valor de R\$ 638,71, em dezembro de 2007 (fl. 2), objetivando à cobrança dos valores discriminados na certidão da dívida ativa, a título de IPTU referente aos exercícios de 2003/2006.

Após sentença em que foi julgado improcedente o pedido, foi interposto recurso fazendário, a que foi negado provimento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sob o fundamento de que não é possível, para a fixação da alçada, somar o valor das execuções reunidas em um só feito, devendo ser considerado cada crédito tributário isoladamente, mesmo que cobrados na mesma execução fiscal. O acórdão recebeu a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. Decisão monocrática que não conheceu da apelação interposta pelo exequente, ora agravante. Execução fiscal. Município de Magé. Sentença de extinção pelo reconhecimento da prescrição. IPTU referente aos exercícios de 2003 a 2006. Créditos tributários sob valores individualmente inferiores a 50 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs. Incabível o recurso de apelação. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade. Artigo 34 da Lei nº 6.830/1980. Para aferição do valor do débito exigido pelo referido dispositivo legal, deve-se considerar cada crédito tributário isoladamente, mesmo que cobrados na mesma execução fiscal, segundo entendimento sedimentado no Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno que não apresenta elementos novos aptos a modificar a decisão da relatora, que se mantém. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

No recurso especial, o recorrente sustenta ofensa aos arts. 34 da Lei nº 6.830/1980 e 1.009 do CPC/2015, asseverando, em suma, que o valor de alçada do presente feito exige a interposição do recurso de apelação, uma vez que supera a quantia de 50 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN. Isso porque se trata de execução única, com reunião de vários exercícios em única CDA, de modo que o valor a ser considerado é o valor da execução fiscal em si.

É o relatório. Decido.

O recurso especial comporta provimento.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o REsp 1.168.625/MG (Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 1º.7.2010), sob o regime dos recursos repetitivos, pacificou entendimento de que o recurso de apelação é cabível nas execuções fiscais nas hipóteses em que o seu valor excede, na data da propositura da ação, 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, à luz do disposto no art. 34 da Lei 6.830/80.

Com efeito, o presente caso trata da forma de aferição do valor de alçada, devendo-se averiguar esse valor como sendo o da execução, expresso no valor da causa; ou, de outro lado, como sendo o crédito tributário isoladamente considerado, ainda que cobrado por meio de um único processo de execução.

É certo que "não é possível, para fixação da alçada, somar o valor das execuções reunidas em um só feito. Deve-se considerar cada ação isoladamente" (REsp 259.387/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 19/12/2005).

Contudo, no caso, não se trata de somatório de valor de execuções fiscais reunidas, mas sim de débitos de mesma natureza, referentes ao mesmo tributo, referentes a vários exercícios, expressos no valor da causa de um único feito executivo.

Assim, incide a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o valor da alçada deve ser aferido no momento da propositura da execução, levando-se em conta o valor da causa.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ART. 34 DA LEF. VALOR DE ALÇADA X VALOR DA CAUSA. CONFRONTO QUE DEVE SER REALIZADO NO MOMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO EXECUTIVA. ORTN. SUBSTITUIÇÃO, SUCESSIVAMENTE, PELOS ÍNDICES OTN, BTN E UFIR.

1. Nos termos do art. 34, § 1º, da Lei de Execuções Fiscais, o cotejo entre os valores de alçada e da execução, para fins de determinação do cabimento ou não do recurso de apelação, deve ser realizado no momento da propositura da ação executiva.

2. Os sucessivos índices a serem utilizados no cálculo do valor de alçada, em razão da extinção da ORTN em 1986, são a OTN, o BTN e a UFIR. Precedentes da 2ª Turma.

3. Recurso especial provido" (STJ, REsp 602.179/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 27/3/2006).

"PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - ALÇADA

RECURSAL (ART. 34 DA LEI 6.830/80)

1. Segundo o art. 34 da LEF, somente é cabível o recurso de apelação para as execuções fiscais de valor superior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

2. Com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência, sem efetuar a conversão para moeda corrente, para evitar a perda do valor aquisitivo.

3. 50 ORTN = 50 OTN = 308,50 BTN = 308,50 UFIR = R\$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos) a partir de janeiro/2001, quando foi extinta a UFIR e desindexada a economia.

4. O valor de alçada deve ser auferido, observada a paridade com a ORTN, no momento da propositura da execução, levando em conta o valor da causa.

5. Recurso especial provido em parte" (STJ, REsp 607.930/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJU de 17/5/2004).

Portanto, deve ser reformado o acórdão recorrido, considerando que o valor da execução, no momento da propositura da execução, ultrapassava o valor de alçada, de modo que era cabível o recurso de apelação que fora, assim, devidamente interposto pela parte recorrente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de declarar cabível, no caso, o recurso de apelação interposto pela parte recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator